

Por Jorge Wahl

Nunca antes ficou tão clara a importância do fomento da poupança previdenciária para o mercado de capitais e, conseqüentemente, para o País. Para a Abrapp nunca pairou dúvida a esse respeito, mas dessa vez, mais exatamente na última sexta-feira (17), durante uma reunião de trabalho entre o Presidente Luis Ricardo Marcondes Martins, o Vice-presidente Luiz Paulo Brasizza e o diretor Lucas Ferraz Nóbrega, acompanhados do Superintendente-geral, Devanir Silva, com o Presidente da ANBIMA, Robert van Dijk, e seu Superintendente-Geral, José Carlos Doherty, as conversas foram muito além e resultaram na firme decisão de as duas entidades somarem esforços no intuito de trabalharem para que o sistema de fundos de pensão retome o seu crescimento.

A ideia, inclusive, é caminhar no sentido da criação de um fórum que abrigue as discussões a respeito desse esforço fomentador, dele vindo a participar, além da Abrapp e Anbima, mais entidades representativas dos diferentes segmentos do mercado de capitais e seus agentes. Com isso se ganharia maior amplitude e representatividade, fazendo do fomento da poupança previdenciária uma postulação ampla de diferentes classes de instituições, todas naturalmente interessadas em ter como clientes investidores institucionais fortes

Assim, foi dado um primeiro passo. O próximo será uma apresentação, para parceiros do mercado de capitais, de estudos encomendados pela Abrapp junto ao Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV), mostrando o que é necessário para que o sistema volte a crescer e seu potencial.

Provas de sensibilidade - O Presidente da Abrapp, Luis Ricardo Marcondes Martins, aponta como prova a mais da sensibilidade da direção da Anbima o apoio que esta vem dando, sob a forma de transferência de sua experiência, ao esforço que o nosso sistema faz no sentido da autorregulação. “A Anbima mostra-se sensível também ao criar a Frente da Previdência Complementar e nos convidar para dela participar”, resume Luis Ricardo, no entender de quem a entidade representativa das instituições dos mercados financeiro e de capitais dá assim reiteradas mostras de que se preocupa em ajudar.

“Nessa última reunião ficou ainda mais evidente o alinhamento entre as nossas duas entidades”, sintetiza o Vice-presidente, Luiz Paulo Brasizza.

Preocupação com o longo prazo - Robert van Dijk aponta uma das preocupações hoje da Anbima: “Olhamos com atenção para a previdência. Queremos identificar os gargalos e os entraves regulatórios que inibem o crescimento da previdência complementar. Esse é um importante e necessário instrumento de poupança de longo prazo. Estamos olhando para as experiências internacionais no campo da previdência. O objetivo é identificar possíveis aprimoramentos regulatórios e desenvolver atividades de caráter educacional”.

Desde que assumiu, em maio do ano passado, a diretoria da Anbima criou duas frentes de trabalho para tratar de temas específicos: tributação e previdência. Esta segunda envolve dez dos diretores e vice-presidentes. O foco são os regimes complementares e próprios de previdência. As propostas devem abranger um conjunto de iniciativas que vise o aprimoramento da gestão, a qualificação dos profissionais, além de ações de convergência regulatória, sempre reforçando o papel da previdência complementar no mercado de capitais e buscando o alinhamento com as práticas internacionais. Neste momento, o grupo trabalha na consolidação dos principais direcionamentos sobre estes aspectos.

Entram na agenda de 2017 da ANBIMA iniciativas como o mapeamento dos gargalos e entraves regulatórios que inibem o crescimento da previdência complementar, avaliação de propostas específicas de outras entidades e a realização de estudos sobre o tema. A experiência internacional também embasará a discussão e a construção de propostas buscando o desenvolvimento dos regimes de previdência complementar e o seu fortalecimento como instrumento de poupança de longo prazo da população. Os esforços para isso exigirão manter e estreitar a interlocução com o

governo, dando continuidade ao esforço para propor aprimoramentos regulatórios e desenvolver atividades de caráter educacional.

Fonte: Diário dos Fundos de Pensão, em 21.02.2017.